

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

## Relação da bioética com a cidadania [Bioethics relate to citizenship]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Renaud, Michel
Publisher	Conselho Nacional de tica para as Ci ncias da Vida
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-09 22:57:33
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/226863">http://hdl.handle.net/20.500.12424/226863</a>

## BREVE SÍNTESE DOS TRABALHOS DO PRIMEIRO DIA DO SEMINÁRIO

*Michel Renaud*

Ex.<sup>a</sup> Senhora Presidente do CNECV,  
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Agradeço o convite da Sr.<sup>a</sup> Presidente para apresentar uma breve síntese dos trabalhos do primeiro dia do Seminário<sup>1</sup>. Não se tratará de conclusões, uma vez que a riqueza das palestras e dos debates não se deixa enclausurar na frieza de conclusões lacónicas. As seguintes considerações finais dizem respeito, pelo menos para a parte que me foi atribuída, aos trabalhos do primeiro dia do Seminário, nos quais tive a oportunidade de reflectir no fim do dia de ontem.

Vou apresentar a síntese em três rubricas, respectivamente temáticas, modelos, aporias. *Temáticas*, antes de mais nada. A denominação *temáticas* estende-se às apresentações do Prof. Manuel Braga da Cruz, do Sr. Secretário de Estado Dr. Jorge Lacão e do Sr. Dr. José Pacheco Pereira. Os modelos dizem respeito às palestras dos especialistas do ensino secundário, as aporias incidem na sessão de ontem à tarde.

No centro da conferência inaugural do Prof. Braga da Cruz assim como do Dr. Jorge Lacão esteve a relação da bioética com a cidadania. Para o primeiro orador, não há educação para a bioética sem uma relação estreita com a cidadania, tal como, reciprocamente, não há educação para a cidadania sem relação com a bioética. Esta tese apoiou-se na análise da progressão da história recente em relação aos direitos adquiridos. A primeira fase da luta pelos direitos incidiu na liberdade; em seguida, nos direitos de participação cívica e política (1925). A terceira fase dos objectivos abriu-se quando no centro das atenções esteve a solidariedade social, a qual se compreende somente no pano de fundo das nacionalidades e na afirmação das identidades nacionais. A nossa época, contudo, caracteriza-se por uma quarta fase, que implica o alargamento do Estado-Nação e a introdução dos direitos da quarta geração, direitos da qualidade da vida e do ambiente. Ora, estes últimos direitos não encontrarão satisfação no Estado-Nação.

1. Esta síntese foi realizada sem ter previamente tido acesso ao texto dos conferencistas.

Retomando estas quatro gerações de direitos, o orador mostrou que correspondem a quatro campos de exigências, nas quais se pode reconhecer precisamente as exigências da educação para a bioética; deste modo a bioética contribui para a consciência dos deveres cívicos. A bioética contribui para a educação para a liberdade, em particular no âmbito da família e da escola. Em segundo lugar, a bioética é também uma escola de cidadania na medida em que educa para a participação, para a participação dos cidadãos nos valores vividos. A bioética manifesta assim que «a aculturação das normas deve ser acompanhada pela socialização dos valores». Em seguida, a bioética intervém como educação para a solidariedade social, no que diz respeito às desigualdades que reinam na sociedade. Finalmente a bioética constitui uma exigência de educação para a cidadania pelo facto de abrir a formação ao novo conceito de qualidade de vida.

Na alocução do Dr. Jorge Lacão, é de sublinhar a forte ligação que foi posta entre a compreensão do direito e a ideia do dever-ser dos valores. O direito positivo como instrumento da regulação da sociedade não pode prescindir dos valores éticos de que é preciso recuperar o aspecto normativo de «dever ser». Apresentando-se como jurista o segundo orador considerou deste modo que o dever-ser ético cruza as exigências da educação para a bioética.

Os dois primeiros oradores sublinharam a ideia de globalização inerente à quarta geração de direitos assim como, reciprocamente, a necessidade de superar uma perspectiva regional ou nacional. Mas o ponto comum foi o acento posto na educação para a cidadania, tendo o Dr. Lacão lembrado a importância de dar um conteúdo ao programa da educação para a cidadania e manifestado um certo descontentamento em face das lacunas dos programas escolares neste campo. Será este descontentamento justificado? O relator desta síntese tinha participado, poucos dias antes do Seminário do CNECV, nas Jornadas da Madeira sobre o ensino especial e tinha ficado positivamente impressionado com a quantidade de manuais que testemunhavam uma real preocupação pela formação para a cidadania. Talvez o problema resida mais nas formas de ensino do que nos manuais? Mas ao ver-se o comportamento dos jovens em idade escolar, as observações do Dr. Lacão têm toda a sua pertinência.

O terceiro orador, o Dr. José Pacheco Pereira, com a sua contundência e perspicácia de comentador político, apresentou uma reflexão que se passa a sintetizar aqui em sete pontos. 1. Começou por pôr o dedo na ferida, isto é, na fractura que atinge as elites portuguesas; a cultura do homem culto, em Portugal tal como nos países latinos em geral, está desligada da cultura científica. Segue-se uma dualidade de culturas, de tipo respectivamente literário e científico, que o orador estigmatizou. A bioética oferece uma oportunidade para superar esta dualidade. 2. A independência do CNECV é fundamental para o exercício do aconselhamento, o que se vê, por exemplo, quando se analisa a actividade dos múltiplos lobbies no Parlamento europeu. No que diz respeito à PMA, está claro que há lobbies fortemente interessados, que tentam fazer pressão sobre os Conselhos de Bioética. 3. O papel do CNECV consiste em contribuir para a formação da cidadania em proveito da *sociedade civil*, mais do que a favor do Estado. O orador considera que a tarefa do CNECV relativamente à sociedade civil

é mais importante que o objectivo de contribuir para a formação de leis. 4. Esta sociedade civil está dividida entre múltiplas convicções, que muitas vezes têm uma história mais breve do que se poderia julgar; por exemplo, diz o orador, a ideia de felicidade terrestre só cresceu com a revolução francesa [observação talvez menos feliz, para quem se lembra da importância da felicidade terrestre já na Grécia clássica assim como no mundo judaico]. O vocabulário tem também a sua importância, por exemplo quando se mede a diferença entre o «Homem» com maiúscula e a «espécie humana». 5. A importância da abertura ao futuro não pode ser subestimada: os progressos gigantescos que estão em curso, nomeadamente no campo das nanotecnologias; mas imediatamente é preciso relacionar estes progressos com as suas consequências ou aplicações eminentemente problemáticas, tais como o bioterrorismo; de modo mais leve pode-se ficar perplexo em face da crescente manipulação do corpo (*piercing*, tatuagens, que são uma espécie de máscara, etc.). 6. No fim, o orador privilegiou a reflexão ética relativamente à bioética: o *bios* da bioética restringe o olhar. O CNECV deveria [reflexão contestável, que os conselheiros não irão provavelmente partilhar] olhar mais para a sociedade civil que para o Estado. 7. A conclusão é que a intervenção do CNECV é essencialmente cultural; a ética deveria ser vista menos como uma teoria que como um diálogo concreto que deve levar os homens a serem menos cruéis [também esta última observação é paradoxal e, para quem trata da ética teórica, parece mesmo errada, na medida em que assimila simplesmente cultura e ética, por um lado, e, por outro, identifica as posições da ética com o resultado do diálogo social]. Aceites ou recusadas, as reflexões do orador não deixaram de suscitar um vivo interesse.

Assim se conclui aquilo a que chamámos temáticas, na manhã do primeiro dia do Seminário.

Os *modelos*. Foram apresentados também na manhã modelos de ensino da bioética nas escolas secundárias. Verificou-se uma oposição entre o modelo da Dr.<sup>a</sup> Laura Bishop, segundo o qual não se deve programar uma disciplina de bioética, e a proposta do Dr. Jakob Elster, que apresentou uma disciplina de bioética com um conteúdo fixo, correspondendo a um *curriculum* bem determinado. Esta divisão atravessou várias apresentações e discussões; foi, por exemplo, retomada na intervenção do Prof. Pinto Machado, quanto ao *curriculum* universitário de medicina.

Depois do ponto de divergência, um paralelismo: para o Dr. J. Elster, o ensino secundário atinge um público mais largo que o dos alunos, nomeadamente os pais. As conversas que os alunos trazem da escola para a família levam os pais a interessar-se pela bioética. Paralelamente, segundo a Dr.<sup>a</sup> Laura Bishop, a bioética torna os alunos felizes e motiva-os fortemente para o estudo e o aprofundamento das questões. Pode-se deste modo sublinhar o encontro entre dois factores positivos, a comunicação em família com os pais, que a bioética promove, assim como a felicidade dos alunos no ambiente escolar.

Duas notas finais merecem ser referidas; a Dr.<sup>a</sup> Laura Bishop insistiu na importância da *Web* para a divulgação da bioética, dos instrumentos de trabalho para os alu-

nos. Finalmente houve uma diferença de ponderação relativa ao papel da teoria ética face aos *case studies*. A Dr.<sup>a</sup> Laura Bishop apresentou uma estruturação muito bem feita para o estudo de casos, estruturação destinada a fornecer o enquadramento da discussão, para evitar que tal estudo se apoie apenas na iniciativa um pouco caótica dos professores e caia na conversa superficial entre opiniões avançadas sem a devida fundamentação. Em contrapartida não se discernia claramente o lugar da teoria no estudo dos casos. A mesma oradora sublinhou uma lacuna; ainda não dispomos de um *decision making model* para a discussão dos casos. [Poderíamos perguntar se uma maior atenção à teoria ética não seria capaz de ajudar a construção de um tal modelo. Deixa-se aqui este ponto de interrogação.]

Ambos os oradores sublinharam a importância da formação de *teachers* (Laura Bishop), mas também a dificuldade de encontrar *teachers* especializados (Jakob Elster).

Quanto à parte mais específica do professor de Oslo, reter-se-ão quatro observações dignas de relevo. O Conselho norueguês (*Norwegian Biotechnology Advising Board*) tem uma dupla tarefa, cujo elemento principal é de natureza cultural [o que, diremos, parece diferir da função atribuída em outros países a organismos que se dedicam à bioética]. Em seguida, percebemos que a organização dos estudos nas escolas secundárias norueguesas é muito mais estruturada e rígida que nos Estados Unidos; o plano curricular apresenta-se pormenorizado e, uma vez determinado, tem que ser cumprido. Mas muitas questões não foram ainda solucionadas; será que a bioética deve privilegiar o ensino de conhecimentos teóricos ou, pelo contrário, práticos, factuais, e em que medida? Do mesmo modo, será que os objectivos e as finalidades do ensino da bioética nas escolas secundárias foram suficientemente clarificados? Por exemplo, e reportando-nos aos slides apresentados, será a finalidade do ensino suscitar uma sensibilidade ética, ou estimular a consciência dos aspectos éticos de um problema particular, ou ainda promover a aquisição de instrumentos e a conceptualização para a análise ética, ou mais geralmente ministrar o ensino de teorias éticas? Foi desta maneira que o Dr. Jakob Elster colocou as questões essenciais, que se podem também sintetizar de outro modo: o que é bom fazer? Qual é o acordo que podemos esperar relativamente ao que é bom fazer? O que devemos impedir de fazer? Assim estamos na presença de dois aspectos opostos, que não é fácil conciliar. Estes aspectos podem ser relacionados com o teor da discussão da manhã quando se notou que, por um lado, a análise bioética não se pode deixar guiar por emoções ou apenas por convicções religiosas, e por outro, que muitos assuntos particularmente relevantes da bioética já foram objecto de uma regulamentação jurídica. A tarefa da ética torna-se mais complexa, entre a busca do «bom» e a proibição daquilo que é nocivo, no pano de fundo da tensão entre as convicções pessoais e a regulamentação do direito.

Terceira parte: *as aporias*. Na sessão da tarde, o Prof. Joaquim Pinto Machado, cujo texto relativo ao ensino da bioética nas Faculdades de medicina foi lido pelo Prof. Daniel Serrão, mostrou que a bioética deve integrar-se em outras preocupações culturais, incluindo aquilo que o Dr. Elster chamava as convicções, mas, na medicina, em relação com o estudo de casos e as preocupações da investigação ou da terapêutica. O im-

portante, porém, é fazer dialogar as convicções dos alunos e não tanto as teorias éticas. Já se percebe que este assunto não suscitava o consenso entre os palestrantes precedentes. Segundo o Prof. Pinto Machado, o importante é que cada aluno possa emitir a sua opinião, estando aberto às opiniões dos outros.

Na perspectiva da Prof.<sup>a</sup> Isabel Carmelo Rosa Renaud, cujo tema era o ensino da bioética nas Faculdades de Ciências Humanas, é preciso partir igualmente de casos, mas com o objectivo de destacar e salientar os pressupostos filosóficos para, logo a seguir, voltar aos casos ou às situações concretas, mas, nessa altura, já na base dos fundamentos, valores e princípios à luz dos quais se constroem as propostas de solução. Por exemplo, é preciso distinguir finalidades e fundamentos, normas e regras de acção, decisões tomadas em consciência. Assim, não se pode esconder a diferença de perspectiva entre a proposta da Prof.<sup>a</sup> Isabel Renaud e a do Prof. Pinto Machado.

Um assunto abordado pela oradora foi retomado na discussão da manhã, o do consenso, o qual suscita um verdadeiro problema. Será o consenso a busca do mais pequeno denominador comum, que possa servir de barreira contra o inaceitável, contra o intolerável? Mas será isso o objectivo de um Conselho de Ética? No debate, o Prof. Daniel Serrão emitiu um parecer vigoroso: a tarefa de um Conselho de Ética não consiste em buscar consensos, porque existem outras instituições, nomeadamente instituições jurídicas e políticas, que têm precisamente entre os seus objectivos a elaboração de consensos. Ora, o risco do consenso reside na transformação da *ética* das convicções fortes e antagónicas na *política* de acordos com fraca base ética.

Enfim, a Prof.<sup>a</sup> Isabel Renaud aflorou a necessidade de uma reflexão sobre os desacordos em bioética, reflexão que deveria levar mais longe do que a mera tolerância implicada na aceitação de pareceres reciprocamente opostos.

Esta síntese conclui-se com uma nova aporia: quem pode ensinar a bioética? Na sua intervenção o Prof. Luís Archer considerava que no futuro deveria haver para este efeito especialistas com uma formação dupla: os cientistas deveriam receber uma formação ética e filosófica, e, poder-se-ia acrescentar, os especialistas em ética teriam que se abrir à formação científica.

Enfim, uma última aporia, em relação com a conferência do Dr. Humberto Rosa, virada para a ecologia. O orador mostrou as tensões que a reflexão de tipo ecológico encontra no seu caminho, mas deixou em aberto um sério problema: quais as consequências da mudança do paradigma antropocêntrico para o ecocentrismo? Poder-se-ia pensar, no prolongamento destas observações, que a viragem ecológica não implica necessariamente o abandono do paradigma do antropocentrismo, mas a sua reinterpretção.

Agradeço a vossa atenção. •